

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria de Parcerias em Investimentos
PROCESSO SPI nº 021.00000891/2024-87
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 01/2024
PPP LINHAS 11, 12 E 13

ANEXO XI - SISTEMA DE ARRECADAÇÃO E BILHETAGEM

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria de Parcerias em Investimentos
PROCESSO SPI nº 021.00000891/2024-87
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 01/2024
PPP LINHAS 11, 12 E 13

ÍNDICE

1.	DEFINIÇÕES	3
2.	APRESENTAÇÃO	5
3.	CARACTERIZAÇÃO E FASES DE IMPLANTAÇÃO	5
4.	COMERCIALIZAÇÃO	6
5.	ESTRUTURAS DE ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO	7
6.	REPARTIÇÃO DE RECEITA	8
7.	REEMBOLSO DE DIREITO DE VIAGEM	9
8.	INCORPORAÇÃO DA CONCESSIONÁRIA AOS SISTEMAS DE ARRECADAÇÃO	9
9.	POSSÍVEL TRANSFERÊNCIA DA ADMINISTRAÇÃO DO SISTEMA	10
10.	CENTRALIZAÇÃO DE INFORMAÇÃO DE EMBARQUE NAS ESTAÇÕES	11

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria de Parcerias em Investimentos
PROCESSO SPI nº 021.00000891/2024-87
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 01/2024
PPP LINHAS 11, 12 E 13

1. DEFINIÇÕES

Para fins deste ANEXO, os termos abaixo definidos terão o seguinte significado:

ABASP	É uma associação de direito privado, sem fins lucrativos, que tem como principal objetivo apoiar, fomentar e aprimorar as atividades de bilhetagem e arrecadação nos serviços públicos de transporte coletivo de passageiros, tais como operação de comercialização de créditos eletrônicos de transporte e de captura e processamento das transações de bilhetagem de transporte, seja no SISTEMA METROFERROVIÁRIO, sistema sobre pneus ou quaisquer outros modais, com atuação inicial na Região Metropolitana de São Paulo e possibilidade de expansão para outras regiões metropolitanas e municípios do Estado de São Paulo, além de estudos para melhorias nas atividades de bilhetagem e arrecadação nos serviços públicos de transporte coletivo de passageiros em observância com a legislação e regulamentação aplicáveis. Atualmente é formada pelas Concessionárias do Transporte Coletivo de Passageiros, sobre pneus, da Região Metropolitana de São Paulo, pela Companhia do Metropolitano de São Paulo - METRÔ e pela Companhia Paulista de Trens Metropolitanos - CPTM.
BANCO PAGADOR	Instituição financeira responsável pela administração da conta do SISTEMA DE ARRECADAÇÃO DO BILHETE ÚNICO.
BOM	Antigo Sistema de Arrecadação do Bilhete Ônibus Metropolitano da RMSP, sistema que foi operado pelo CMT com títulos de viagem remanescentes.
BU	Bilhete Único do Município de São Paulo: TÍTULO DE VIAGEM emitido na forma de cartão tipo Smart Card pela São Paulo Transporte – SPTrans.
CARTÃO DE SERVIÇO	Cartão tipo Smart Card para liberação de bloqueio e controle de acessos operacionais às LINHAS, portado por empregados da CONCESSIONÁRIA, terceiro prestador de serviço da CONCESSIONÁRIA, empregado das pessoas jurídicas que tenham firmado os contratos indicados nas Cláusulas 25.3, 25.4, 25.5 e 25.6 do CONTRATO, empregados da CPTM, do METRÔ e da STM na qualidade de fiscalizador dos SERVIÇOS.
CMT	Consórcio Metropolitano de Transporte, formado por empresas de transporte coletivo intermunicipal por ônibus na RMSP.
CONVÊNIO DE INTEGRAÇÃO OPERACIONAL E TARIFÁRIA	Convênio assinado entre a SPTrans, o METRÔ a CPTM, e concessionárias do SISTEMA METROFERROVIÁRIO, que rege o SISTEMA DE ARRECADAÇÃO DO BILHETE ÚNICO.

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria de Parcerias em Investimentos
PROCESSO SPI nº 021.00000891/2024-87
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 01/2024
PPP LINHAS 11, 12 E 13

EMTU/SP	Empresa Metropolitana de Transportes Urbanos de São Paulo, gestora do transporte intermunicipal por ônibus na RMSP.
RMSP	Região Metropolitana de São Paulo.
SCAP	Sistema de Controle de Arrecadação e Passageiros, operado pelo METRÔ.
SMMT	Secretaria Municipal de Mobilidade e Trânsito de São Paulo.
SISTEMA DE ARRECADAÇÃO	Conjunto de recursos (subsistemas, equipamentos, software, procedimentos etc.), a serem utilizados para a tarifação e o controle de acesso aos diversos meios de transporte público coletivo de passageiros, bem como gerenciamento dos valores recebidos pela comercialização de créditos monetários e direito de viagem, podendo ainda envolver a possível exploração de outros negócios como fonte geradora de RECEITAS ACESSÓRIAS
SISTEMA DE ARRECADAÇÃO DO BILHETE ÚNICO	Mecanismo que é responsável: (i) pelo controle, aferição e gerenciamento dos valores recebidos pela venda de TÍTULOS DE VIAGEM no SISTEMA DE ARRECADAÇÃO do Bilhete Único do Município de São Paulo; (ii) pela realização, por conta e ordem dos participantes do COMITÊ GESTOR, da distribuição dos valores arrecadados aos operadores de transporte público metropolitano participantes do SISTEMA DE ARRECADAÇÃO do Bilhete Único do Município de São Paulo, conforme as regras de rateio definidas pelo COMITÊ METROFERROVIÁRIO, incluindo os repasses, à CONTA CENTRALIZADORA, dos montantes relacionados à prestação dos SERVIÇOS, tudo nos termos descritos na Cláusula 21 do CONTRATO e em seu ANEXO IX.
SISTEMA METROFERROVIÁRIO	Conjunto de linhas de metrô, monotrilho e linhas de trens metropolitanos, existentes e futuras.
TOP	TÍTULO DE VIAGEM emitido na forma de cartão tipo Smart Card ou QR CODE por meio de aplicativo ou máquinas de atendimento automático, administrado pela ABASP

Os demais termos definidos constantes deste ANEXO terão o significado a eles atribuído no ANEXO XIII.

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria de Parcerias em Investimentos
PROCESSO SPI nº 021.00000891/2024-87
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 01/2024
PPP LINHAS 11, 12 E 13

2. APRESENTAÇÃO

Este ANEXO apresenta a descrição do processo de arrecadação, controle e repartição de receita no SISTEMA METROFERROVIÁRIO, do qual os SERVIÇOS fazem parte;

- 2.1 O SISTEMA DE ARRECADAÇÃO DO BILHETE ÚNICO, do qual a CONCESSIONÁRIA participará no âmbito dos SERVIÇOS, atualmente engloba as empresas operadoras públicas e concessionárias do SISTEMA METROFERROVIÁRIO, as gestoras e as concessionárias do sistema de transporte sobre pneus da municipalidade de São Paulo.
- 2.2 Os modelos e os mecanismos de arrecadação de bilhetagem, de eventuais integrações tarifárias e de repartição da receita tarifária são disciplinados por meio de resoluções, convênios e acordos assinados entre as partes que compõem o SISTEMA METROFERROVIÁRIO e a São Paulo Transportes – SPTrans, empresa municipal e gestora das concessões do sistema de transporte sobre pneus do Município de São Paulo.
- 2.3 A CONCESSIONÁRIA será obrigada a aceitar, como meio de acesso aos SERVIÇOS, o uso dos bilhetes do BU e do BOM, títulos unitários de viagem (bilhetes tipo QR Code), do TOP, e de outros TÍTULOS DE VIAGEM determinados pelo PODER CONCEDENTE, assegurado o seu direito de consulta ao número de PASSAGEIROS TRANSPORTADOS.
- 2.4 A comercialização dos títulos unitários de viagem nas estações das LINHAS, ou outros meios que vierem a ser adotados, será realizada pelo PODER CONCEDENTE, por meio da CPTM ou por empresa ou associação especializada devidamente autorizada.

3. CARACTERIZAÇÃO E FASES DE IMPLANTAÇÃO

- 3.1 A CONCESSÃO não implica alteração da sistemática de arrecadação e bilhetagem praticada no SISTEMA METROFERROVIÁRIO e no transporte sobre pneus do Município de São Paulo, da Região Metropolitana de São Paulo, ou em outra entidade regional que venha integrar a CONCESSÃO, sistemática essa atualmente operacionalizada pelos seguintes sistemas:
 - i. SISTEMA DE ARRECADAÇÃO DO BILHETE ÚNICO do Município de São Paulo, operado pela SPTrans, gestora do Sistema de Transporte Coletivo Municipal de São Paulo e regido pelo CONVÊNIO DE INTEGRAÇÃO OPERACIONAL E TARIFÁRIA, por meio da utilização de sistema de bilhetagem eletrônica com cartão inteligente com circuito integrado sem contato (*Contactless Smart Card*);
 - ii. SCAP sistema de controle de títulos unitários de viagem, sejam bilhetes tipo QR Code impressos ou em mídia eletrônica, cartão tipo Smart ou outro dispositivo, operados e processados pelo METRÔ e pela CPTM, que será substituído;
 - iii. Sistema inteligente por QR Code, operado e processado pela CPTM, que poderá ser substituído.
 - iv. Sistema de Bilhetagem e Arrecadação – SBA, de atuação da Associação de Apoio e Estudo da Bilhetagem e Arrecadação nos Serviços Públicos de Transporte Coletivo de Passageiros do Estado de São Paulo – ABASP, mediante utilização de títulos de viagem por meio do Cartão TOP, QR Code ou outros meios de pagamento gerenciados pela ABASP;

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria de Parcerias em Investimentos
PROCESSO SPI nº 021.00000891/2024-87
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 01/2024
PPP LINHAS 11, 12 E 13

- 3.1.1 O BOM, operado sob a responsabilidade do CMT, formado pelas operadoras do sistema de transporte coletivo intermunicipal por ônibus da RMSP e regido por Acordo para uso de cartão de passagem, por meio da utilização de sistema de bilhetagem eletrônica com cartão Smart Card, cujas recargas nos cartões deixaram de ser comercializadas, deverá continuar sendo aceito como TÍTULO DE VIAGEM válido, enquanto assim for estabelecido pelo PODER CONCEDENTE.
- 3.2 O PODER CONCEDENTE, a seu exclusivo critério, poderá alterar a atual constituição e sistemática de arrecadação e bilhetagem, conforme descrita acima, resguardados os direitos e garantias da CONCESSIONÁRIA previstos no CONTRATO, bem como transferir e/ou centralizar a administração de quaisquer dos sistemas supramencionados para empresa ou entidade independente, com a finalidade de prestar todos os serviços relativos à comercialização, arrecadação, validação e distribuição das receitas.

4. COMERCIALIZAÇÃO

- 4.1 A CONCESSIONÁRIA não participará da comercialização de créditos ou de títulos de viagem, o que continuará sendo feito da seguinte maneira:
- i. a comercialização de créditos do sistema de arrecadação e bilhetagem é realizada pela rede de estabelecimentos comerciais e de serviços, por empresas habilitadas a comercializar créditos eletrônicos e direitos de viagem, por rede complementar constituída por empresas habilitadas a comercializar créditos eletrônicos, postos de venda e atendimento de PASSAGEIROS e loja virtual; e
 - ii. a comercialização dos títulos de viagem, bilhetes QR Code em mídia eletrônica, cartão tipo Smart ou outro dispositivo é realizada pelo PODER CONCEDENTE ou por meio da CPTM e pelo METRÔ (bilhetes QR Code impressos).
- 4.2 Tais atividades de comercialização poderão ser objeto de futura transferência para terceiros, por determinação do PODER CONCEDENTE, visando à unificação e integração da sistemática de arrecadação e bilhetagem.
- 4.3 A CONCESSIONÁRIA deverá disponibilizar, nas estações, espaço físico para instalação, pelo PODER CONCEDENTE e/ou a quem este indicar, de equipamentos de venda de TÍTULOS DE VIAGEM por autoatendimento, bem como suprir necessidades de ponto de energia e rede de comunicação/dados, para permitir o funcionamento de tais equipamentos de venda. No desenvolvimento dos projetos de modernização e construção de estações a CONCESSIONÁRIA deverá manter espaços para instalação de bilheteria e de equipamentos de venda em autoatendimento. Nas estações existentes deverá manter os espaços já definidos de bilheterias, salas de renda e de equipamentos de venda de autoatendimento.

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria de Parcerias em Investimentos
PROCESSO SPI nº 021.00000891/2024-87
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 01/2024
PPP LINHAS 11, 12 E 13

5. ESTRUTURAS DE ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO

5.1 O acompanhamento e fiscalização da operação dos sistemas de arrecadação e bilhetagem descritos no item 2 deste ANEXO é realizado, em cada sistema, da seguinte maneira:

- i. pelo COMITÊ GESTOR no âmbito do SISTEMA DE ARRECADAÇÃO DO BILHETE ÚNICO da SPTrans, cuja composição e atribuições são reguladas pelo CONVÊNIO DE INTEGRAÇÃO OPERACIONAL E TARIFÁRIA e do qual participam representantes da SMMT, da STM, da SPTrans, do METRÔ, da CPTM e de cada uma das concessionárias das Linha 4 – Amarela, 6 – Laranja, 5 – Lilás e 17 –Ouro, Linhas 8 – Diamante e 9 - Esmeralda e CONCESSIONÁRIA DO TIC EIXO NORTE, do qual virão a participar as demais concessionárias aderentes ao SISTEMA METROFERROVIÁRIO, inclusive a CONCESSIONÁRIA;
- ii. pela CPTM e METRÔ no âmbito dos respectivos sistemas de títulos de viagem, sejam bilhetes tipo QR Code, impresso ou em mídia eletrônica, cartão smart card ou outro dispositivo, assim como na condição de integrantes da Associação de Apoio e Estudos da Bilhetagem e Arrecadação nos Serviços de Transporte Coletivo de Passageiros do Estado de São Paulo – ABASP, como Associados Especiais, nos termos do seu Estatuto;
- iii. pelo instrumento de Adesão ao Sistema de Bilhetagem e Arrecadação – SBA, de atuação da Associação de Apoio e Estudo da Bilhetagem e Arrecadação nos Serviços Públicos de Transporte Coletivo de Passageiros do Estado de São Paulo – ABASP; e

5.1.1 Observado o disposto no item 3.1.1, o acompanhamento e fiscalização desse sistema BOM será realizado pelo comitê de acompanhamento no âmbito do Sistema de Bilhetagem do BOM, cuja composição e atribuições são reguladas por Acordo para Uso do Cartão de Passagem e do qual participam o METRÔ, a CPTM, o CMT e a EMTU/SP.

5.2 O instrumento de Convênio do Bilhete Único que regula a composição e atribuições de acompanhamento e fiscalização assegura aos partícipes as respectivas prerrogativas e obrigações, particularmente em relação aos assuntos que afetem diretamente os seus legítimos interesses, devidamente fundamentados e consignados em seus respectivos contratos de concessão, incluindo como atribuição:

- i. fiscalizar a operação do respectivo sistema em todas as suas etapas, de forma a garantir a correta repartição e repasse da arrecadação tarifária às empresas operadoras públicas e concessionárias do SISTEMA METROFERROVIÁRIO e às gestoras e concessionárias do sistema de transporte sobre pneus do Município de São Paulo e da Região Metropolitana de São Paulo, tendo em vista as eventuais integrações tarifárias e os possíveis compartilhamentos de equipamentos e softwares;
- ii. zelar pelo estrito cumprimento das regras de repartição da arrecadação tarifária, baseada em histórico de utilização dos sistemas de transporte público metropolitano e municipal, de acordo com a política tarifária vigente.

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria de Parcerias em Investimentos
PROCESSO SPI nº 021.00000891/2024-87
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 01/2024
PPP LINHAS 11, 12 E 13

6. REPARTIÇÃO DE RECEITA

6.1 O procedimento padrão para repartição dos recursos arrecadados pela comercialização dos créditos eletrônicos do SISTEMA DE ARRECAÇÃO DO BILHETE ÚNICO obedece aos seguintes quesitos:

- i. os recursos equivalentes ao SISTEMA METROFERROVIÁRIO são distribuídos diariamente aos respectivos operadores, conforme a seguinte ordem de prioridade:
 1. do valor total arrecadado, será paga primeiramente a parcela efetivamente devida à concessionária da Linha 4 – Amarela;
 2. do saldo então apurado, será paga a parcela efetivamente devida à concessionária da Linha 6 – Laranja, a partir do início da operação comercial desta Linha;
 3. do saldo então apurado, será paga a parcela efetivamente devida à concessionária das Linhas 5 – Lilás e 17 – Ouro;
 4. do saldo então apurado, será paga a parcela efetivamente devida à concessionária das Linhas 8 - Diamante e 9 – Esmeralda;
 5. do saldo então apurado, será paga a parcela efetivamente devida à CONCESSIONÁRIA DO TIC EIXO NORTE; e
 6. o saldo final então apurado, é distribuído entre o METRÔ e a CPTM, conforme percentuais previamente acordados entre ambas as empresas.
- ii. as regras de prioridade serão ajustadas, ao longo da FASE PRÉ-OPERACIONAL, por meio de Termo Aditivo ao Convênio do Bilhete Único para integração da CONCESSIONÁRIA como nova partícipe do Convênio do Bilhete Único, bem como do COMITÊ GESTOR, de forma a refletir a sua inclusão na ordem de prioridade de recebimento dos valores contratualmente devidos, segundo a ordem cronológica dos contratos de concessão firmados pelo PODER CONCEDENTE, a partir do início da OPERAÇÃO COMERCIAL, na sexta posição de prioridade, quando fará jus ao recebimento da parcela efetivamente correspondente ao valor resultante do transporte de PASSAGEIROS, a ser depositada na CONTA CENTRALIZADORA, observadas as diretrizes constantes do ANEXO IX.
- iii. as regras de repartição são ajustadas periodicamente em decorrência de encontro de contas. Tais regras de repartição ou rateio são realizadas diariamente e baseiam-se na média semanal dos usos por meio do Bilhete Único - BU, de cada modal no mês anterior (pneus e trilhos), realizando-se o ajuste de contas ao final de cada mês corrente, com os dados reais efetivamente apurados.

6.1.1 O BANCO PAGADOR efetua a repartição da arrecadação diária, depositando os valores devidos nas contas das operadoras/concessionárias e gestoras do transporte público por eles identificadas;

6.2 Observado o disposto no item 3.1.1 e nos termos do Acordo referente à utilização dos bilhetes BOM, os recursos provenientes dos créditos remanescentes do BOM para o SISTEMA METROFERROVIÁRIO são distribuídos diariamente entre o METRÔ e a CPTM, conforme percentuais previamente acordados entre

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria de Parcerias em Investimentos
PROCESSO SPI nº 021.00000891/2024-87
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 01/2024
PPP LINHAS 11, 12 E 13

ambas as empresas, sem qualquer participação dos demais operadores metroferroviários e da CONCESSIONÁRIA.

- 6.3 Os valores dos bilhetes unitários de viagem (tipo QR Code) são arrecadados e recebidos exclusivamente pela CPTM e pelo METRÔ ou por outra entidade que o PODER CONCEDENTE determinar, sem qualquer participação dos demais operadores metroferroviários e da CONCESSIONÁRIA.
- 6.4 Qualquer ingresso de PASSAGEIROS nas LINHAS, ainda que através do uso do BOM, observado o disposto nos itens 3.1.1 e 6.4.1, do sistema de títulos unitários de viagem (tipo QR Code) ou cartão smart (Cartão TOP ou BU), ou qualquer outro título de viagem autorizado pelo PODER CONCEDENTE, será computado para os fins de cálculo do valor a ser destinado, da CÂMARA DE COMPENSAÇÃO, à CONTA CENTRALIZADORA, devendo ser assegurada à CONCESSIONÁRIA consulta ao número de PASSAGEIROS TRANSPORTADOS. A gestão das bilheterias e a contagem de bilhetes não serão responsabilidade da CONCESSIONÁRIA, tendo em vista que sua remuneração ocorrerá exclusivamente por meio da CONTA CENTRALIZADORA.
- 6.4.1 O uso do BOM perdurará enquanto autorizado pelo PODER CONCEDENTE, mesmo que tenha sido cessada sua comercialização.
- 6.5 A transferência dos recursos da CONTA CENTRALIZADORA para a CONTA DE LIVRE MOVIMENTAÇÃO DA CONCESSIONÁRIA e as deduções relativas ao ÔNUS DE FISCALIZAÇÃO e aos reflexos da mensuração dos INDICADORES DE DESEMPENHO serão realizadas nos termos do ANEXO IX.

7. REEMBOLSO DE DIREITO DE VIAGEM

- 7.1 Na ocorrência de qualquer evento que caracterize situação contingencial ou de emergência que imponha interrupção do serviço de circulação de trens (mesmo que parcial), ao PASSAGEIRO impedido de iniciar ou completar sua viagem será facultado sair da área paga da estação, sem a perda de seu direito de viagem. A devolução, em qualquer caso, será em TÍTULO DE VIAGEM unitário a ser providenciado pela CONCESSIONÁRIA, de acordo com normatização a ser fixada pelo PODER CONCEDENTE.
- 7.2 Inclui-se como contingencial a necessidade de substituição de TÍTULO DE VIAGEM, do tipo QR Code ou outro dispositivo autorizado, que seja recusado pelo validador do bloqueio, devendo seu portador ser encaminhado pela CONCESSIONÁRIA à bilheteria da estação para substituição, ou, se o caso, para o TÍTULO DE VIAGEM ser excluído da aferição da apuração, ou ainda para que a CONCESSIONÁRIA possa dar instruções de verificação junto ao local de aquisição.

8. INCORPORAÇÃO DA CONCESSIONÁRIA AOS SISTEMAS DE ARRECADAÇÃO

- 8.1 Com a assinatura do CONTRATO, observado o CONVÊNIO DE INTEGRAÇÃO OPERACIONAL E TARIFÁRIA do SISTEMA DE ARRECADAÇÃO DO BILHETE ÚNICO, a CONCESSIONÁRIA será incorporada como mais uma das empresas operadoras metroferroviárias, passando a integrar o COMITÊ GESTOR e, nessa condição:
- i. Participará, conjuntamente com as operadoras/concessionárias e gestoras do transporte público, das atividades de fiscalização e das etapas de operação do SISTEMA DE ARRECADAÇÃO DO BILHETE ÚNICO, de forma a garantir a correta repartição e repasse da

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria de Parcerias em Investimentos
PROCESSO SPI nº 021.00000891/2024-87
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 01/2024
PPP LINHAS 11, 12 E 13

arrecadação tarifária às empresas operadoras públicas e concessionárias do SISTEMA METROFERROVIÁRIO;

- ii. Participará, conjuntamente com as operadoras/concessionárias e gestoras do transporte público, do estabelecimento das regras de repartição da arrecadação tarifária; e
- iii. Terá depositado diariamente o valor previsto no ANEXO IX na CONTA CENTRALIZADORA, a partir do início da OPERAÇÃO COMERCIAL.

8.2 Caso o PODER CONCEDENTE decida alterar a forma de gestão da arrecadação ou da bilhetagem existente relativamente aos SERVIÇOS, ele poderá determinar que a CONCESSIONÁRIA faça parte de eventuais novos sistemas de arrecadação e bilhetagem, resguardados os direitos da CONCESSIONÁRIA previstos neste Anexo e no CONTRATO, podendo ainda, se for o caso, receber valores na CONTA CENTRALIZADORA decorrentes da arrecadação realizada junto ao Sistema de Bilhetagem e Arrecadação – SBA, de atuação da Associação de Apoio e Estudo da Bilhetagem e Arrecadação nos Serviços Públicos de Transporte Coletivo de Passageiros do Estado de São Paulo – ABASP, na forma do ANEXO IX.

9. POSSÍVEL TRANSFERÊNCIA DA ADMINISTRAÇÃO DO SISTEMA

9.1 O PODER CONCEDENTE poderá implementar, diretamente ou através de terceiros, SISTEMA DE ARRECADAÇÃO e bilhetagem do transporte metropolitano, compreendendo o processo de bilhetagem, arrecadação e distribuição dos valores de TARIFA PÚBLICA pagos por PASSAGEIROS e de acesso aos sistemas metroviário, ferroviário, de ônibus e trólebus, por meio de TÍTULOS DE VIAGEM ou dispositivos autorizados, que incluem cartões inteligentes com créditos armazenados, na forma de valores monetários, direitos de viagens ou passes temporários.

9.2 Referido sistema permitirá operar o pagamento da remuneração a todos os operadores de transporte eventualmente participantes e/ou configurações e mecanismos relacionados nos termos deste ANEXO, de forma unificada, com os recursos arrecadados decorrentes da aplicação das respectivas TARIFAS PÚBLICAS fixadas.

9.3 Nessa hipótese, tal sistema deverá, preferencialmente, incluir pelo menos as funções de:

- i. emissão de cartões inteligentes e outros TÍTULOS DE VIAGEM;
- ii. distribuição e comercialização de cartões e outros TÍTULOS DE VIAGEM, comercialização e carregamento de créditos monetários e operacionalização de benefícios de gratuidade e reduções tarifárias;
- iii. validação e atualização dos créditos monetários e de direito de viagem para franqueamento de acesso aos sistemas metropolitano de transporte da RMSP e/ou outras entidades regionais; e
- iv. processamento, gerenciamento e consolidação das informações de arrecadação e de uso dos créditos monetários e de fluxo de PASSAGEIROS, inclusive acesso à CÂMARA DE COMPENSAÇÃO.

9.4 Na hipótese de implementação do SISTEMA DE ARRECADAÇÃO e bilhetagem do Transporte Metropolitano será constituído um CONSELHO GESTOR, integrado paritariamente por representantes de

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria de Parcerias em Investimentos
PROCESSO SPI nº 021.00000891/2024-87
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 01/2024
PPP LINHAS 11, 12 E 13

cada um dos Operadores de Transporte, público ou privado, cuja função precípua será a de regular, acompanhar e fiscalizar as atividades relacionadas à operação do novo sistema.

10. CENTRALIZAÇÃO DE INFORMAÇÃO DE EMBARQUE NAS ESTAÇÕES

10.1 A apuração da quantidade de embarques de PASSAGEIROS nas estações das LINHAS será realizada de forma automatizada e centralizada, a partir das contabilizações realizadas nos bloqueios de acesso das estações e nos contadores e bloqueios das linhas de transferência de passageiros, estas localizadas nas estações de transferência.

10.2 A automatização dessas informações, de forma completa, será decidida pelo PODER CONCEDENTE, requerendo intervenções nos contadores de fluxo de PASSAGEIROS em estações de transferência, compreendendo:

- i. fornecimento, pela CONCESSIONÁRIA, onde necessário, de hardware para contagem de PASSAGEIROS que acessem os serviços, por meio das transferências, e respectiva instalação de infraestrutura de comunicação nos moldes existentes nos acessos às estações;
- ii. nas transferências, fornecimento, pela CONCESSIONÁRIA, onde necessário, dos bloqueios e contadores/câmeras ópticas, bem como instalação de infraestrutura de comunicação nos moldes existentes nos acessos às estações;
- iii. Comunicação estação/data center relativa à contabilização de acesso/transferência de PASSAGEIROS, ficando a cargo da CONCESSIONÁRIA a contratação de link de dados responsável pela comunicação do sistema de controle de acesso de passageiros, centralizado das estações, para o data center do PODER CONCEDENTE; e
- iv. Implantação de controle de saída através de bloqueios que permitam a leitura e validação de TÍTULO DE VIAGEM, quando aplicável, assegurando-se à CONCESSIONÁRIA, neste último caso, o direito ao reequilíbrio econômico-financeiro quando tais investimentos não estiverem previstos dentre os EMPREENDIMENTOS, nem decorrerem das demais obrigações contratuais;

10.3 O controle de acesso dos PASSAGEIROS às estações da CPTM, excluindo as transferências, é realizado a partir de validadores de bilhetes capazes de processar o controle de cartões inteligentes qualificados como TÍTULOS DE VIAGEM.

10.4 O PODER CONCEDENTE disponibilizará à CONCESSIONÁRIA sobressalentes dos equipamentos referidos no item 10.3 (validadores) e leitores de bilhetes QR Code, em quantidade a ser posteriormente definida e suficiente para que a CONCESSIONÁRIA proceda à substituição desses equipamentos utilizando os respectivos sobressalentes disponibilizados, quando danificados, remetendo-os ao PODER CONCEDENTE ou a quem este indicar, para reparos. Os custos e as despesas inerentes a eventuais modificações nos validadores do SISTEMA DE ARRECADAÇÃO e Bilhetagem caberão ao PODER CONCEDENTE, sem prejuízo do regramento a seguir:

10.4.1 Os validadores dos TÍTULOS DE VIAGEM serão fornecidos e implantados nos bloqueios pelo PODER CONCEDENTE. A infraestrutura (canaletas e tubulações “secas”) para permitir a alimentação e conexão desses validadores deverá ser provida pela CONCESSIONÁRIA, bem

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria de Parcerias em Investimentos
PROCESSO SPI nº 021.00000891/2024-87
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 01/2024
PPP LINHAS 11, 12 E 13

como área nas salas técnicas das estações para a instalação de “rack” de servidores, também providos e implantados pelo PODER CONCEDENTE, ou a quem este indicar, nos termos do ANEXO II.C.

- 10.4.2 A CONCESSIONÁRIA ficará responsável pelos investimentos em linhas de bloqueio e catracas, bem como suas respectivas manutenções, cabendo, ainda, a montagem, adequação e manutenção das catracas e bloqueios, bem como da infraestrutura para o funcionamento dos validadores referidos nos itens 10.3 e 10.4.1 deste ANEXO. A CONCESSIONÁRIA não deverá fornecer Equipamentos Concentradores de Sinais - ECS e nem servidores para compor o SISTEMA DE ARRECADAÇÃO e bilhetagem. Nenhum servidor ou equipamento concentrador de sinais será fornecido pela CONCESSIONÁRIA para o SISTEMA DE ARRECADAÇÃO. Os custos e as despesas inerentes ao fornecimento, atualizações e manutenção nos validadores, servidores, software e outros equipamentos do SISTEMA DE ARRECADAÇÃO caberão ao PODER CONCEDENTE, ou a quem este indicar.
- 10.5 Como contingência para eventuais falhas de comunicação no sistema automatizado ou de inconsistência da informação, a CONCESSIONÁRIA, em conjunto com o PODER CONCEDENTE, deverá realizar a apuração dos giros mecânicos de bloqueios, apontando os valores em interface do sistema do PODER CONCEDENTE, devidamente acompanhado pelo VERIFICADOR INDEPENDENTE que registrará as falhas verificadas e contingências aplicadas.
- 10.6 A distribuição e o controle de bilhetes eletrônicos de serviço e gratuidades serão realizados pelo PODER CONCEDENTE, devendo a CONCESSIONÁRIA seguir procedimentos operacionais determinados para tanto.
- 10.7 A CONCESSIONÁRIA deverá estabelecer procedimentos operacionais de utilização de controle de acessos gratuitos estabelecidos na legislação aplicável, de acordo com o ANEXO III.E, para efeito de contabilização como PASSAGEIROS TRANSPORTADOS, e emitir relatórios ao PODER CONCEDENTE com identificação por condição de benefício.
- 10.8 O PODER CONCEDENTE se reserva ao direito de realizar pesquisa amostral de uso dos CARTÕES DE SERVIÇO, aplicando penalidade caso constatado desvio de finalidade na sua utilização.
- 10.8.1 A liberação de bloqueio com CARTÕES DE LIBERAÇÃO DE ACESSO de seus empregados não será permitida, devendo a CONCESSIONÁRIA providenciar CARTÕES DE SERVIÇO e estabelecer procedimento operacional compatível com esta condição.
- 10.9 Os acessos de terceiros prestadores de serviços à CONCESSIONÁRIA, à CPTM, ou ao METRÔ, e às pessoas jurídicas detentoras dos contratos indicados nas Cláusulas 25.3, 25.4, 25.5 e 25.6 do CONTRATO, nos termos do ANEXO III.C, não serão contabilizados como PASSAGEIROS TRANSPORTADOS, devendo também neste caso a CONCESSIONÁRIA estabelecer procedimento operacional compatível com esta

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria de Parcerias em Investimentos
PROCESSO SPI nº 021.00000891/2024-87
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 01/2024
PPP LINHAS 11, 12 E 13

condição, considerando ainda, outras solicitações do PODER CONCEDENTE, quer seja para novos prestadores, quer seja para substituição dos atuais.

- 10.10 O sistema de controle de acesso do PODER CONCEDENTE disponibilizará interface para que a CONCESSIONÁRIA possa acompanhar os dados de embarque e transferência por linha de bloqueio e respectiva estação.

10.10.1 Em caso de falha para apuração dos dados, o valor a ser adotado para transferência à CONTA CENTRALIZADORA será apurado com base na média dos últimos quatro dias típicos (úteis, sábados ou domingos/feriados) anteriores ao da data afetada. Na hipótese da recuperação dos dados será feito encontro de contas, em 15 (quinze) dias a partir do restabelecimento do SISTEMA DE ARRECADAÇÃO.

- 10.11 Para ilustrar a diversidade de equipamentos instalados, a Tabela 23 do ANEXO I.A apresenta listagem relacionando os vários modelos, atualmente instalados nas estações das LINHAS.

- 10.12 Tanto as informações Smart Card de acessos de PASSAGEIROS, quanto as validações apuradas nos bloqueios, são transmitidas pelos validadores, via uma rede própria do sistema nas estações que se conectam à rede física da CPTM. Como contingenciamento a informação pode ser encaminhada via link específico (internet).